

Conexões ocultas entre ação empresarial e ação sindical no mundo e no Brasil

Hidden connections between entrepreneurial action and unionized labor in the world and in Brazil

*José Edmilson de Souza-Lima**

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa exploratória que se propõe a identificar a complementaridade entre ação sindical e ação empresarial. Para tanto, toma como referência uma matriz explicativa centrada na complementaridade, para fazer um resgate da emergência das duas ações no cenário europeu. Em ato contínuo, recorre a dados do Ipea, CNI, IBGE e Dieese, os quais relativizam a ação grevista como expressão máxima da ação sindical. Finalmente, demonstra que o antagonismo pode ser apreendido como caso particular de complementaridade entre as duas ações. Demonstra, ainda, que a matriz teórica centrada na complementaridade é mais fecunda do que a matriz centrada na absolutização do antagonismo.

Palavras-chave: ação empresarial; ação sindical; antagonismo; complementaridade.

Abstract

The current article is an exploratory research which seeks to identify the complementarity between union actions and business actions. The complementarity approach is the reference to describe the emergency of the two actions throughout the world. It uses data from IPEA, IBGE, CNI and DIEESE to verify the limits of union actions. Finally, this article presents the notion that antagonism can be interpreted as a particular case of complementarity between two actions. It demonstrates that the complementarity approach is more fertile than the antagonism approach.

Key words: business actions; union actions; antagonism; complementarity.

* Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor da UniFAE - Centro Universitário. edmilson@bbs2.sul.com.br

Introdução

Há duas perspectivas de análise das relações envolvendo ação empresarial e ação sindical. A primeira tende a acentuar as oposições entre ação empresarial e ação sindical, uma vez que parte do pressuposto de que o antagonismo absoluto é a categoria fundante das experiências associativas humanas. A segunda perspectiva está vinculada à outra matriz analítica que, embora não desconsidere o antagonismo, não o absolutiza, pois admite a complementaridade como fundamento histórico de um sistema sociocultural. A presente abordagem enfrenta a primeira matriz teórica, mas tenta orientar-se pela segunda, à medida que rastreia as “conexões ocultas” existentes entre as duas ações, definindo-as como facetas da era moderna.

A despeito de ser uma análise exploratória, algumas abordagens são apresentadas como possibilidades de releitura das relações envolvendo ação empresarial e ação sindical. O texto está dividido em cinco blocos. O primeiro esclarece a metáfora das “conexões ocultas” como categoria inspiradora de análise. O segundo explicita a emergência histórica da ação sindical como derivação da ação empresarial. O terceiro desenvolve os conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento”, visando à compreensão das mudanças de eixo presentes nas ações sindicais e empresariais contemporaneamente. No quarto bloco, o objetivo é mostrar a fertilidade de uma abordagem que dá ênfase à complementaridade. No quinto bloco, são associados os indicadores da expressão máxima da ação sindical, a greve, com os de outras variáveis, a fim de buscar possíveis relações causais entre as ações.

1 A metáfora das conexões ocultas

A metáfora das “conexões ocultas” está filiada a uma matriz epistemológica complexa e que, em virtude disso, não se satisfaz com as explicações apresentadas

com base em uma matriz epistemológica predominante, a instrumental. O último livro de Capra, *As Conexões Ocultas* (2002), sintetiza de forma singular a tradição epistemológica da complexidade, à medida que se propõe a explicitar as relações entre o sistema natureza e o sistema sociedade pela noção de complementaridade, e não pela noção de antagonismo absoluto. Complementaridade significa admitir que não há separação entre natureza e sociedade. Se a tradição epistemológica instrumental ensinou as mentes ocidentais a pensarem natureza e sociedade separadamente, na perspectiva da complementaridade os dois sistemas são reunificados.

Tornar visíveis as “conexões ocultas” significa admitir que uma ação sindical será mais bem explicitada em sua relação com o contexto que também possibilita a materialização da ação empresarial

Nesse mesmo sentido, se as abordagens instrumentais tendem a separar as ações empresariais e sindicais, a metáfora das “conexões ocultas” emerge como inspiração epistemológica e como estratégia metodológica que ajuda a interpretá-las como domínios complementares das experiências associativas humanas. Tornar visíveis as “conexões ocultas” significa admitir que uma ação sindical será mais bem explicitada em sua relação com o contexto que também possibilita a materialização da ação empresarial.

Assim, o refluxo da ação sindical no mundo precisa ser compreendido como uma rota de fuga perante um cenário desfavorável, como uma luta não mais por novas conquistas, mas pela garantia da sobrevivência dos trabalhadores.

A explicitação das origens da metáfora das “conexões ocultas” tem implicações epistemológicas consideráveis. A primeira é de que são observados alguns limites de abordagens centradas no antagonismo

absoluto. A segunda implicação está associada ao fato de que a abordagem centrada na complementaridade, sem negação dos antagonismos, é mais fecunda. Por quê?

Os antagonismos não são nem absolutizados, nem negados, mas apreendidos como possibilidades de complementaridade.

2 A emergência das duas ações: empresarial e sindical

As primeiras denúncias das contradições derivadas dos conflitos entre trabalhadores e empresários, registradas na literatura sociológica, podem estar associadas às reflexões panfletárias contidas no *Manifesto Comunista* de Marx (1977). A despeito de orientar sua abordagem pela absolutização dos antagonismos, a contribuição de Marx permite identificar a relação de dependência entre ação empresarial e ação sindical, uma vez que, subjacente à sua análise, estão presentes os princípios da lógica dos opostos, a dialética.

Tomando como fontes de inspiração os princípios da dialética, a emergência das ações empresarial e sindical pode ser explicada pela percepção de que a absolutização dos antagonismos, além de não anular a complementaridade entre ambas, tende a acentuá-la.

Entretanto, é importante ressaltar que outras matrizes de pensamento também ocuparam-se das contradições emergentes na Europa de meados do século XIX. Para um destacado romancista francês, Émile Zola, em seu livro *Germinal* (1982), é impossível pensar a ação sindical descolada da ação empresarial. O quadro apresentado por Zola convida o leitor a retornar ao século XIX, contexto no qual o principal combustível das indústrias emergentes era o carvão. As imagens tornam-se sinistras ao se perceber que, em muitos momentos do romance, é impossível distinguir quem é ser humano e quem é carvão, pois ambos são projetados simplesmente como combustíveis para o processo de

industrialização. A banalização das mortes de crianças, mulheres e adultos no interior das minas era comum, pois, em última análise, o que realmente importava era manter as indústrias funcionando. O romance de Zola, portanto, tal como a reflexão inspirada em Marx, instiga o leitor atento a perceber a conexão oculta entre tal tipo de ação empresarial dos proprietários das minas e a ação sindical dos mineiros, materializada na demorada greve relatada no romance.

Uma não poderia ter nascido e se consolidado sem a outra. Como escreveu Weber – outro sociólogo que também se ocupou da história geral da economia e da relação intrínseca entre ação empresarial e ação sindical –, o cenário de opressão em meados do século XIX era tão intenso que induziu os trabalhadores a concluírem que era fundamental transformar o sistema, evidenciando a tese de que a crise estimulada pela exploração intensa dos trabalhadores fez nascer um tipo específico de socialismo, o socialismo racional (WEBER, 1980). Assim, a ação sindical tende a emergir como um dos primeiros e mais visíveis efeitos colaterais de uma das dimensões específicas da ação empresarial: a capacidade de explorar a mão-de-obra.

Nessa matriz teórico-explicativa dos antagonismos, se um dos propósitos da ação empresarial está relacionado à acumulação de riquezas às custas da exploração do trabalho humano, a ação sindical projeta-se como reação inevitável, pois, ao contrário, visa à redução e depois à eliminação da exploração.

Na mesma linha de raciocínio, embora provenham de um mesmo cenário histórico, ação empresarial e ação sindical expressam o conhecido antagonismo de interesses presentes entre os donos dos meios de produção e aqueles que apenas têm a força de trabalho para oferecer como mercadoria capaz de lhes garantir a sobrevivência.

Nesse sentido, qualquer referência à ação sindical contém indicadores de questionamento da ação empresarial, jamais de sua defesa. A ação sindical consolida-se, sobretudo nos países mais ricos, como uma possibilidade objetiva de se pensar e agir “além” da ação empresarial, não em parceria com a mesma.

A ação sindical consolida-se, sobretudo nos países mais ricos, como uma possibilidade objetiva de se pensar e agir “além” da ação empresarial, não em parceria com a mesma

Ao longo do século XX, no entanto, diante das diversas transformações socioculturais, econômicas e políticas, a ação sindical modificou-se substancialmente para poder adaptar-se ou resistir aos novos desafios. Para observar essa mudança, recorre-se a duas categorias analíticas devedoras da matriz teórica inspirada na absolutização dos antagonismos.

3 “Guerra de posição” versus “guerra de movimento”

As noções de “guerra de posição” e “guerra de movimento” são fecundas para analisar cenários marcados por antagonismos entre ação sindical e ação empresarial (GRAMSCI, 1980). Quando se luta pela garantia da sobrevivência, a estratégia mais adequada é a “guerra de movimentos”, pois na arena política o adversário é mais forte e, em virtude disso, a abertura para concessões é limitada. O jogador politicamente mais frágil evita o confronto direto. Espera o adversário mais forte “cochilar” para atacar e retornar ao esconderijo. Tal situação está ocorrendo no mundo inteiro com a ação sindical que, politicamente enfraquecida, evita o confronto direto e até propõe acordos pouco favoráveis aos seus representados para continuar existindo.

Do outro lado está a ação empresarial. Fortalecida e politicamente articulada, opta pela “guerra de posição”, além de não fazer concessões e impor seus interesses contra o adversário. A “guerra de posição”, portanto, é própria para o jogador mais forte, pois

este pode dar-se ao luxo de marcar publicamente sua posição, sem riscos de represálias ou constrangimentos. É ele quem dita as regras do jogo.

Para exemplificar, entre o período do Pós-Guerra e o início da década de 1970, a ação sindical vivenciou momentos de glória; foi a *belle époque* do século XX, sobretudo para os trabalhadores europeus. Naquele contexto, a ação sindical se valeu da “guerra de posição”, pois os sindicatos estavam muito bem articulados para impor suas vontades junto ao histórico adversário. Foi um período de conquistas não apenas salariais, mas também genéricas, orientadas para a vivência plena da cidadania (SOUZA-LIMA, 1997).

Nos primeiros anos da década de 1970, houve uma reestruturação da ação empresarial que, além de provocar estremecimentos na ação sindical, forçou-a a abandonar o conforto da “guerra de posição” e assumir, paulatinamente, a “guerra de movimento”. Como tendência mundial, para alguns estudiosos das relações entre trabalho e capital, é o início do refluxo da ação sindical, expresso no crescente processo de dessindicalização, acompanhado do baixo índice de adesões aos sindicatos pelas categorias;¹ na aceitação de acordos redutores da jornada de trabalho com a equivalente redução das remunerações;² nas ações visando não a novas conquistas, mas à manutenção de empregos; e, finalmente, na ênfase em ações propositivas ou cooperativas junto à ação empresarial (SOUZA-LIMA, 1997).

Da outra parte, a ação empresarial fez o deslocamento inverso ao da ação sindical. Se antes, no período áureo da ação sindical, a ação empresarial obrigava-se a ser tolerante, após seu fortalecimento, a disposição para a negociação foi substituída pelo ataque e muitas vezes pelo descumprimento de acordos firmados. Conquistas históricas da ação sindical junto às experiências europeias do Welfare State – Estado de Bem-Estar Social – foram sistematicamente bombardeadas.

O *welfare state*, materializando-se em estado que garante educação e saúde para todos, estado da proteção contra o desemprego e inimigo das calamidades físicas,

individuais e públicas, e estado garantidor de salários, de lazer e pensões generosas, começou a ser questionado.

Para Burger (1996), um dos estudiosos do *welfare state*, três motivos têm contribuído para o desmonte do *welfare state*, conforme consta no quadro 1.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS CAUSAS DO DESMONTE DO WELFARE STATE

ITENS	CAUSAS
Custo	Gastos governamentais em programas sociais foram altíssimos nos últimos anos, elevando déficits e forçando governos, sem dinheiro, a considerar o aumento nas suas cargas tributárias de uma forma ou de outra. Os europeus não agüentavam mais pagar impostos.
Competitividade	A maioria das grandes empresas europeias paga, como empregadores, a parte mais pesada dos custos do sistema via encargos sociais. Esses custos não-salariais são infinitamente superiores aos de seus concorrentes de baixos salários da Ásia, da América Latina e de outras partes do mundo, provocando um sério problema de competitividade de custos.
Incentivos	Programas previdenciários considerados ineficientes e contraproduativos como, por exemplo, o seguro-desemprego. Na maioria dos países europeus estende-se por dois ou mais anos. Na Bélgica e na Dinamarca não há limite de tempo para o seguro-desemprego e, em geral, ele equivale a 80% dos ganhos de cada pessoa.

FONTE: Burger (1996)

Note-se que os três motivos elencados por Burger (1996) permitem descrever um cenário pouco favorável a ações sindicais centradas na absolutização dos antagonismos. Note-se igualmente que, em consequência da crise, os governos passaram a concentrar esforços em cortes de déficits e a continuar buscando formas de reduzir gastos, como pode ser observado no quadro 2, que apresenta algumas soluções adotadas por alguns países para enfrentar os gastos derivados do *welfare state*.

Essas transformações estruturais que ainda estão ocorrendo na base do capitalismo empurram as organizações dos trabalhadores para posições defensivas. A ação empresarial passa a rejeitar políticas de pacto que favoreçam os trabalhadores e a impor novas regras funcionais ao processo de acumulação. Governos europeus, com tradição em "cooperar" com setores trabalhistas, intensificam processos de corte de subsídios às empresas estatais e preparam algumas delas para a privatização (quadro 3).

QUADRO 2 - SOLUÇÕES ADOTADAS POR ALGUNS PAÍSES PARA REDUZIR OS GASTOS COM O WELFARE STATE

PAÍS	SOLUÇÃO ADOTADA
França	Aumentou o número de anos que as pessoas precisam trabalhar para receber aposentadoria plena.
Espanha	Foi aprovada legislação reduzindo encargos sociais pagos pelas empresas para funcionários jovens e diminuindo outras leis trabalhistas restritivas.
Bélgica	Cortou US\$ 2 bilhões em despesas com o sistema previdenciário.
Alemanha	Obteve 3% de redução nas despesas com tratamento médico.
Grã-Bretanha	Limitará o auxílio-desemprego a seis meses, além de elevar a idade de aposentadoria das mulheres de 60 para 65 anos (a mesma idade que é exigida dos homens).
Países Baixos	Endurecimento de vários programas de seguro por incapacidade física e auxílios habitacionais.
Suécia	Diminuiu o percentual da carga tributária, o auxílio-desemprego foi podado, e o auxílio-maternidade reduzido.

FONTE: Burger (1996)

QUADRO 3 - INDICADORES DO FORTALECIMENTO DA AÇÃO EMPRESARIAL

PAÍS	INDICADOR
Itália	Cerca de 400 mil trabalhadores são demitidos em 1996.
Alemanha	Em 1996, o número de demitidos ultrapassa o meio milhão.
Espanha	Os índices de desemprego ultrapassam os 22 pontos percentuais e as taxas de sindicalização caem mais de um terço desde a década de 1980.

FONTE: Burger (1996)

A crise colocou os países diante de um problema que vem ganhando complexidade nas últimas décadas: o desemprego em massa. Na maioria dos países europeus, o desemprego continua ultrapassando os índices registrados no início da década de 1970. Até mesmo no Japão, cujas taxas de desemprego sempre estiveram em percentuais baixos, no final da década de 1980 superaram as taxas de 1973 (tabela 1).

De acordo com os dados da tabela 1, é notável a elevação nos índices de desemprego na maioria dos países mais ricos do planeta, e esta é a variável que acentua a fragilização política da ação sindical. A prova disso é que a partir de 1973 não só se iniciam, mas são, sobretudo, intensificados os processos de crítica às políticas de pacto envolvendo ação empresarial e ação sindical. A tabela 1 apresenta algumas pistas implícitas para se compreender o movimento de refluxo da ação sindical.

TABELA 1 - TAXAS DE DESEMPREGO E NÚMERO DE DESEMPREGADOS NOS PAÍSES AVANÇADOS - 1973/1989

PAÍSES AVANÇADOS	TAXA DE DESEMPREGO (%)				NÚMERO DE DESEMPREGADOS (EM 1.000)			
	1973	1979	1983	1989	1973	1979	1983	1989
Alemanha	0,6	3,1	7,9	6,8	273	876	2.258	2.038
Áustria	0,9	1,7	3,7	3,2	33	65	135	108
Bélgica	2,4	7,5	13,2	8,1	92	304	545	385
Espanha	1,0	8,6	18,2	17,1	363	1.139	2.379	2.564
Estados Unidos	4,9	5,8	9,6	5,3	4.365	6.137	10.717	6.528
França	2,7	6,0	8,4	9,4	593	1.361	1.974	2.313
Holanda	1,4	3,5	11,2	7,4	110	280	674	546
Inglaterra	2,1	4,5	11,2	6,2	557	1.234	2.984	1.743
Itália	6,4	7,8	10,0	12,1	1.303	1.686	2.140	2.867
Japão	1,3	2,1	2,7	2,3	680	1.170	1.560	1.420
Suécia	2,0	1,7	2,9	1,4	98	88	151	62
Suíça	0,0	0,3	0,8	0,6	0	10	29	17
CEE	2,4	5,5	10,1	9,0	3.530	7.534	14.109	13.419
OCDE	3,2	5,2	8,6	6,4	11.329	17.917	31.120	25.309

FONTE: OCDE

NOTA: Extraída de Oliveira (1994).

Desse modo, perante a crise da economia, do desemprego e da defensiva da ação sindical, a ação empresarial tende a tirar proveito da situação, impondo-se ante a debilidade organizacional dos trabalhadores. Concretamente, observa-se um processo que, em nome da redução das despesas, culmina com a retirada dos direitos dos trabalhadores. Dali por diante, “desregulamentar” passa a ser a principal palavra de ordem que se espalha pelo mundo inteiro. Desregulamentar significava, naquela conjuntura, a “retirada”, a isenção de qualquer responsabilidade do Estado no que tange às insistentes e inevitáveis questões sociais. Assim foi iniciada a guerra contra a regulamentação dos direitos sociais no mundo inteiro, ampliando as possibilidades objetivas para a ação empresarial assumir a “guerra de posição” como estratégia política para impor seus interesses junto à debilitada ação sindical.

Note-se que as noções de “guerra de posição” e “guerra de movimento”, a despeito de seus vínculos a matrizes teóricas centradas na absolutização dos antagonismos, permitem identificar relações de complementaridade entre as ações empresarial e sindical.

4 Antagonismo ou complementaridade entre as duas lógicas?

Identificar as conexões ocultas entre ação sindical e ação empresarial implica ainda tornar visível o inegável antagonismo entre as duas lógicas que sustentam cada uma das ações. A lógica que sustenta a ação empresarial é a da produção de riqueza junto com seu equivalente concentrador. Essa lógica produtivista não costuma fazer concessões às ameaças que cruzarem seu caminho. Note-se que não se trata de aceitar a ideia simplista de que é uma lógica intrinsecamente perversa. Ela não é boa nem má *a priori*, apenas existe e se consolida, orientada por uma única direção, a do lucro.

Em uma outra perspectiva, emerge o seu contraponto, a ação sindical. Absolutamente diversa da outra lógica, a que orienta a ação sindical está longe de ser produtivista, pois isso implica aumento do sofrimento dos trabalhadores. Mas a verdadeira conexão oculta entre as duas lógicas é que uma não existe sem a outra. Ambas fazem parte de um único projeto, o da

consolidação e expansão do sistema capitalista de produção de mercadorias. O confronto se estabelece a partir de uma perspectiva concentradora e de outra que tem pretensões distributivas. Ao contrário do que se possa imaginar, é essa relação perene entre os contrários que movimenta o sistema capitalista.

Como afirmou Lester Thurow (1997), o capitalismo se aperfeiçoou em termos distributivos de oportunidades, em algumas sociedades contemporâneas, não por razões ou princípios emancipatórios, mas para tentar neutralizar as ameaças oriundas da lógica da transgressão e da resistência. Ele faz tais afirmações para alertar os defensores do capitalismo acerca do perigo da hegemonia absoluta de uma ação sobre a outra. No cenário contemporâneo, o capitalismo ficou sem adversários, sem ameaças à sua lógica intrínseca, a da acumulação. Sem adversários, a necessidade de se aperfeiçoar desaparece, podendo conduzir o vencedor à mesma acomodação forçada dos vencidos. Em outros termos, Thurow (1997) está chamando a atenção para o fato de que a sustentabilidade do sistema capitalista está historicamente associada à resistência declarada ou velada de seus opositores. Se a lógica da ação empresarial eliminar por completo a da ação sindical, isso equivale à ação parasita de um micróbio que se apropria do hospedeiro e devora-o devagar até a morte. O problema é que a morte do hospedeiro implica morte também para o parasita. Essa talvez seja a principal conexão oculta entre as duas lógicas aparentemente antagônicas. Isso porque, no fundo, elas são mais complementares do que se possa imaginar. O raciocínio é simples: pode ser que a morte do "vencido" acelere a morte do "vencedor".

5 Greve: expressão máxima ou mínima da ação sindical?

Os dados apresentados foram compilados em quatro fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada - Ipea; Confederação Nacional da Indústria - CNI; e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. O período observado e analisado foi de 1992 a 1999, pois foi o período em que houve coincidência na coleta a partir da conjuntura brasileira.

Nos três gráficos, a greve aparece como variável comum por ser considerada uma das expressões máximas da ação sindical, na abordagem centrada na absolutização dos antagonismos. No gráfico 1 é feita a superposição de três variáveis: a quantidade de greves, os níveis salariais e a taxa de emprego. Em termos qualitativos, o gráfico 1 possibilita identificar que a ação grevista tem pouco peso na determinação do salário e do nível de emprego. As possíveis perdas quantitativas ou salariais dos trabalhadores no período estão associadas a fatores que vão além das ações grevistas, que são as perdas na capacidade de articulação política para fazer valer seus interesses. No período observado, sobretudo, no momento de pico (ano de 1995) da ação grevista, o nível de emprego continuou seu curso descendente e os salários igualmente não se alteraram de forma significativa.

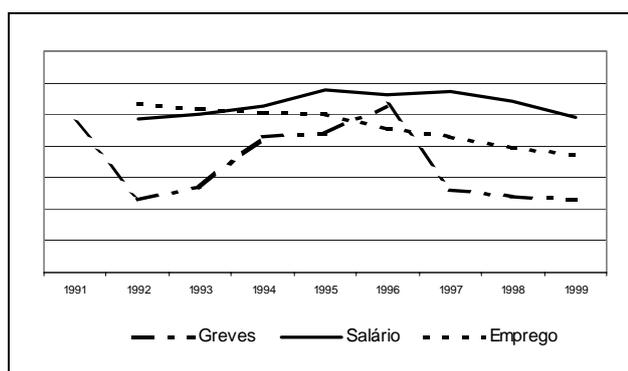


GRÁFICO 1 - GREVES, SALÁRIOS E EMPREGOS - BRASIL - 1991-1999
FONTES: IBGE, Ipea, Dieese

No gráfico 2, em que estão superpostos o número de greves, as horas pagas aos trabalhadores e os índices de produtividade, pode-se verificar que a ação grevista

não consegue, mais uma vez, alterar de forma significativa o curso descendente das horas pagas aos trabalhadores, muito menos o curso ascendente da produtividade. Isso significa que, apesar das ações grevistas, a produtividade segue sua trajetória sem que isso implique aumento de salário para os trabalhadores.

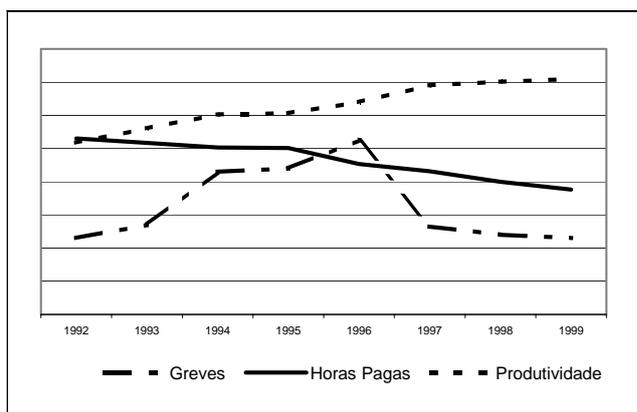


GRÁFICO 2 - GREVES, HORAS PAGAS E PRODUTIVIDADE - BRASIL - 1992-1999
FONTES: IBGE, Ipea, Dieese

No gráfico 3, no qual estão superpostos o número de greves, a produção e a venda de veículos, a principal associação permitida é a da produção com a venda de veículos, uma vez que o curso das duas variáveis é absolutamente idêntico.

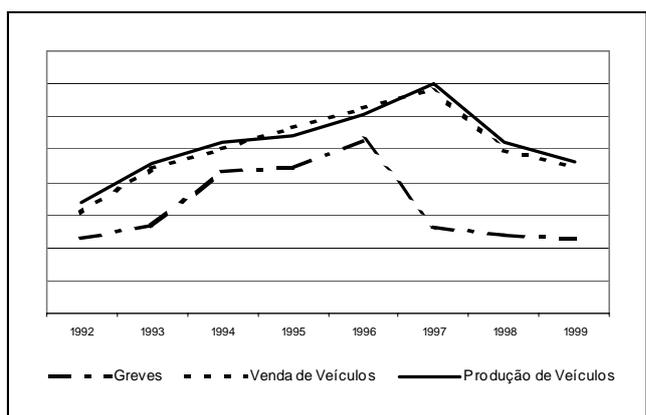


GRÁFICO 3 - GREVES, PRODUÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS - BRASIL - 1992-1999
FONTES: IBGE, Ipea, Dieese

A pouca influência das greves sobre as demais variáveis presentes nos três gráficos traz para o campo do visível o que está escondido: a ocorrência de

conjunturas favoráveis à ação empresarial e adversas para as ações sindicais.

Se a ação grevista não consegue alterar nenhuma das outras variáveis, a inferência que pode ser feita é de que ela não mais se define como expressão máxima da ação sindical, pois a noção construída historicamente de ação sindical está associada à sua capacidade de alterar para melhor níveis de salários, de emprego e as condições dos trabalhadores. Há de se recordar que, na abordagem centrada na absolutização dos antagonismos, as principais conquistas genéricas e salariais dos trabalhadores mundiais derivaram das ações sindicais. Não há conquista na perspectiva social ou trabalhista que não traga no seu interior as marcas do poder de pressão da ação sindical. Na experiência específica do Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Brasil, de que Vargas assumiu a paternidade, traz em cada parágrafo o sangue derramado por muitos trabalhadores nas quatro primeiras décadas do século XX (MORAES FILHO, 1966; GOMES, 1988).

O cenário cristalizado nos três gráficos demonstra que a capacidade das greves de influenciar ou de transformar dificuldades em oportunidades para os trabalhadores vem sendo progressivamente debilitada. A outra face da moeda é de que os três gráficos expressam o fortalecimento de cenários favoráveis à ação empresarial, exatamente porque aprofundam os movimentos de refluxo da ação sindical. É oportuno lembrar que a década de 1990 é a década das privatizações, das desregulamentações sociais, da abertura comercial, de uma avalanche de transformações que se impuseram como obstáculos à ação sindical.

Duas inferências podem ser feitas com base nos três gráficos. A primeira é de que a ação grevista não conseguiu influenciar, para melhor, níveis de salário e de emprego do período, comprovando, assim, o movimento de refluxo da efetividade da ação sindical. A segunda inferência está relacionada à outra face da moeda: o fortalecimento do cenário favorável à expansão da ação empresarial, pois houve aumento

de produtividade e redução do nível de horas pagas aos trabalhadores. Em outros termos, se no período analisado a ação sindical passou por momentos de evidente refluxo, a ação empresarial vivenciou momentos propícios para impor seus interesses.

Se na perspectiva econômica a interpretação pode ser otimista, na perspectiva social a leitura caminha para outra direção, à medida que se reforça um desequilibrado processo de exclusão com a equivalente fragilização do tecido social. O aumento da produtividade, vinculado à redução de empregos e às perdas genéricas e salariais, tende a corroborar teses sinistras e catastrofistas. De acordo com os três gráficos, à medida que a ação sindical deixa de ser uma ameaça perene para a ação empresarial, o temor de Thurow (1997) sobre o futuro do capitalismo torna-se legítimo. Sem a ameaça da debilitada ação sindical, a ação empresarial tende a perder também sua capacidade de renovação e de aperfeiçoamento.

Considerações finais

Quaisquer dados projetados em um gráfico precisam ser apreendidos não de forma absoluta ou reificada, pois são derivações e resultados de relações sociais que expressam, em última análise, relações de

poder. Um dado apresentado em um gráfico simboliza apenas a singela ponta de um enorme *iceberg*, que são as “conexões ocultas”, a complexidade inatingível que orienta as práticas e os mais variados interesses sociais.

Nessa perspectiva, a principal conexão oculta entre ação empresarial e ação sindical é de que as perdas genéricas e salariais dos trabalhadores estão associadas ao fortalecimento de contextos favoráveis à ação empresarial e ao inexorável refluxo da ação sindical. Com o predomínio da ação empresarial sobre a ação sindical, os desequilíbrios tendem a se acentuar, intensificando a exclusão de trabalhadores do processo de produção e de consumo. Se for aceita como verdadeira a análise de que as duas ações são mais complementares do que antagônicas, é um equívoco acreditar na suposta vitória da ação empresarial sobre a ação sindical, pois sempre que houver predomínio abusivo de uma ação sobre a outra o sistema caminha mais para o desequilíbrio.

Finalmente, se, de um lado, o artigo possibilita a demonstração dos limites explicativos da abordagem centrada na absolutização dos antagonismos, de outro, torna visível a fecundidade de uma outra matriz explicativa, centrada na noção de complementaridade entre as duas ações.

- Recebido em: 22.04.2005
- Aprovado em: 21.11.2005

Referências

- BOITO JR., Armando et al. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BURGER, William. **Desmantelando o welfare state europeu**. Tradução de Amílcar D'Ávila de Mello. [S.l.: s.n.], 1996.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciências para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- EXAME. São Paulo: Abril, ano 29, n.1, jan. 1996.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4.ed. Rio de Janeiro: A Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O sindicato único no Brasil**. Rio de Janeiro: "A Noite", 1966.

OLIVEIRA, Carlos Alonso de et al. (Orgs.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Biqueira de aço: resistência e pacto do sindicato no setor estatal (Os telefônicos do Paraná e as políticas de pacto)**. 1997. 119p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

THURLOW, Lester C. **O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Hemus, 1982.

WEBER, Max. **Os pensadores**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Notas

¹Em 1978, por exemplo, o índice médio de sindicalização, no Brasil, alcançava os dez pontos percentuais. Em 1988, após uma década marcada pela avalanche de greves, iniciada também em 1978 com os metalúrgicos do ABC paulista, o índice médio de filiação sindical não ultrapassava os 14% (BOITO JR., 1991).

²De acordo com a revista Exame (1996), em outubro de 1995 a Ford e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fecharam um acordo inédito: redução da jornada de trabalho, a fim de evitar a demissão de 8.500 operários.